

Fernando Galvão

teoria do crime
da pessoa jurídica

proposta de alteração
do PLS nº 236/12





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Fernando A. N. Galvão da Rocha

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe | Plácido Arraes
Editor | Tales Leon de Marco
Produtora Editorial | Bárbara Rodrigues
Capa, projeto gráfico | Leticia Robini
(Imagem de BanterSnap, por Unsplash)
Diagramação | Leticia Robini

1173397

Catálogo na Publicação (CIP)

G182 Galvão, Fernando
Teoria do crime da pessoa jurídica : proposta de alteração do PLS nº236/12 / Fernando Galvão. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
252 p.

ISBN 978-65-5589-005-1

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

1. Introdução	11
2. Imputação de responsabilidade à pessoa jurídica	19
2.1. Modelos de heterorresponsabilidade	22
2.1.1. Modelo de responsabilidade vicarial	23
2.1.2. Modelo de responsabilidade por identificação	28
2.1.3. Críticas	29
2.2. Modelos de autorresponsabilidade	33
2.2.1. Referenciais argumentativos	34
2.2.1.1. Teoria do crime como teoria de imputação de responsabilidade	35
2.2.1.2. Defeito de organização	37
2.2.1.3. Ato de conexão	40
2.2.1.4. Domínio da organização	44
2.2.1.5. Dupla imputação	45
2.3. Críticas	47
2.4. Modelos mistos	50
2.5. Críticas	51

3. Modelo brasileiro de imputação	53
3.1. Responsabilidade por crimes ambientais	54
3.2. Pessoas jurídicas que podem ser responsabilizadas	62
3.3. Crimes que permitem a responsabilização da pessoa jurídica	64
3.4. Requisitos para a responsabilização penal da pessoa jurídica	66
3.5. Modelo de heterorresponsabilidade	68
4. Proposta de novo Código Penal	71
4.1. Esforços para o combate à corrupção	71
4.2. Esforços para o combate à lavagem de dinheiro	73
4.3. Esforços para o controle dos riscos inerentes ao sistema financeiro	78
4.4. Projeto de Lei do Senado 236/2012	84
4.4.1. Pessoas jurídicas que poderão ser responsabilizadas	85
4.4.2. Crimes que passariam a permitir a responsabilização da pessoa jurídica	86
4.4.3. Requisitos para a responsabilização da pessoa jurídica	87
4.4.4. Modelo de heterorresponsabilidade	89
5. Teoria do crime da pessoa jurídica	91
5.1. Incapacidade de ação	92
5.2. Incapacidade de culpabilidade	96
5.3. Modelo da ação institucional	100
5.3.1. Tipicidade	101
5.3.1.1. Tentativa	105

5.3.2. Ilicitude	105
5.3.3. Culpabilidade.....	108
5.3.4. Responsabilidade social.....	108
5.3.5. Concurso de pessoas.....	111
5.3.6. Direito positivo.....	113
5.4. Modelo da ação significativa.....	116
5.4.1. Pretensão de relevância	118
5.4.2. Pretensão de ilicitude	120
5.4.3. Pretensão de reprovação	123
5.4.4. Direito positivo.....	124
5.5. Modelo construtivista.....	127
5.5.1. Injusto empresarial	130
5.5.2. Culpabilidade empresarial	132
5.5.3. Direito positivo.....	133
5.6. Modelo de Alamiro V. Salvador Netto.....	135
5.6.1. Ação penal	136
5.6.2. Injusto empresarial.....	137
5.6.3. Culpabilidade empresarial.....	140
5.6.4. Direito positivo.....	141
5.7. Sistema legal de autorresponsabilidade.....	142
6. Programa de integridade e responsabilidade penal da pessoa jurídica	145
6.1. Programa de integridade.....	148
6.1.1. Expressão dos valores institucionais	151

6.1.2. Elementos essenciais de um programa de integridade.....	153
6.1.3. Efetividade do programa de integridade.....	157
6.2. Prevenção empresarial.....	160
6.2.1. Sinceridade na instituição de medidas preventivas.....	161
6.2.2. Da coação psicológica da norma aos controles internos.....	162
6.2.3. Privatização de atividades persecutórias.....	165
6.3. Programa de integridade e responsabilidade administrativa.....	168
6.3.1. Aumento da responsabilidade.....	170
6.3.2. Diminuição da responsabilidade.....	171
6.4. Programa de integridade e responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	173
6.4.1. Insatisfação dos requisitos para a responsabilização.....	176
6.4.2. Circunstância judicial dos antecedentes.....	180
6.4.3. Atenuação da responsabilidade.....	181
7. Construindo um modelo de autorresponsabilidade penal para a pessoa jurídica.....	185
7.1. Responsabilidade por crime próprio.....	186
7.2. Atividade típica.....	188
7.2.1. Imputação objetiva.....	189
7.2.2. Imputação subjetiva.....	194
7.3. Justificação da atividade típica.....	200
7.4. Culpabilidade corporativa.....	205

7.5. Concurso de pessoas	211
7.6. Aplicação subsidiária das normas relativas à pessoa física	215
8. Proposta	217
Referências	221
1. Bibliográficas	221
2. Cinematográfica	240
3. Referências do Poder Executivo	240
4. Jurisprudenciais	242
5. Legislativas	247